

STJ00117288

ENRIQUE RICARDO LEWANDOWSKI

Coordenador

Apresentação

Ilques Barbosa Junior

DIREITO MARÍTIMO

ESTUDOS EM HOMENAGEM AOS 500 ANOS DA
CIRCUM-NAVEGAÇÃO DE FERNÃO DE MAGALHÃES

1ª reimpressão

Belo Horizonte

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2023

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Dellino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinora Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Beckmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Lins Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Lúis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Imagem de capa: Caravana da expedição espanhola comandada pelo explorador português Fernão de Magalhães para circum-navegar o mundo. (Adobe Stock)

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

D598 Direito Marítimo: estudos em homenagem aos 500 anos da circum-navegação de Fernão de Magalhães / Enrique Ricardo Lewandowski (Coord.). 1. reimpressão.– Belo Horizonte : Fórum, 2021.

620 p.; 17x24cm
ISBN: 978-65-5518-105-0

1. Direito Privado. 2. Direito Marítimo. 3. Direito Comercial.
I. Lewandowski, Enrique Ricardo. II. Título.

CDD 342
CDU 347.7

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo (Coord.). *Direito Marítimo*: estudos em homenagem aos 500 anos da circum-navegação de Fernão de Magalhães. 1. reimpr. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 620 p. ISBN 978-65-5518-105-0.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Ilques Barbosa Junior	15
------------------------------------	----

INTRODUÇÃO – SOBERANIA E DIREITO MARÍTIMO

Ricardo Lewandowski	23
1 Poder supremo.....	23
2 Moeda de duas faces	25
3 Coexistência simultânea	26
4 Força <i>versus</i> direito	28
5 Mar territorial	30
6 Alto mar	32
Referências	34

REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIAS – DIREITO AMBIENTAL MARÍTIMO OU DIREITO MARÍTIMO AMBIENTAL

Alexandre de Moraes	37
Referências	47

O PRAZO PRESCRICIONAL PARA A COBRANÇA DE SOBRE-ESTADIA DE CONTÊNERES (*DEMURRAGE*) EM CONTRATOS DE TRANSPORTE MARÍTIMO UNIMODAL NA PERSPECTIVA DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ

Antonio Carlos Ferreira	49
Introdução	49
Legislação aplicável	51
O Recurso Especial nº 1.340.041/SP e os prazos prescricionais para a cobrança da <i>demurrage</i> nos transportes unimodais e multimodais.....	54
O termo inicial do prazo prescricional: término do <i>free time</i> ou a efetiva restituição do contêiner?.....	63
Conclusão	65

ACIDENTES E FATOS DA NAVEGAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O CRIME DE ATENTADO CONTRA A SEGURANÇA DO TRANSPORTE MARÍTIMO OU FLUVIAL: ASPECTOS PENAIS E PROCESSUAIS PENAIS

Antonio Eduardo Ramires Santoro	67
Introdução	67
1 Acidentes e fatos da navegação: elementos típicos e dogmáticos	70
1.1 Acidentes da navegação	71
1.2 Fatos da navegação	73
1.3 Distinções entre acidentes e fatos da navegação	75
2 O crime de atentado contra a segurança do transporte marítimo e fluvial: elementos do tipo.....	77
3 Ação significativa e a prova da intenção	80
À guisa de conclusão: consequências da relação típico-dogmática entre acidente da navegação e o tipo penal de atentado contra a segurança do transporte marítimo e fluvial.....	88
Consequências penais	88
Consequências processuais penais	90
Referências	92

DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO PRÁTICO NO DIREITO MARÍTIMO BRASILEIRO

Benedito Gonçalves	95
1 Introdução	95
2 Da responsabilidade civil no direito brasileiro	96
3 Dos tipos de responsabilidade e regras	97
4 Da responsabilidade civil do práctico no direito brasileiro e no direito comparado.....	101
5 Considerações finais	110
Referências	111

PIRATARIA MARÍTIMA: O PROBLEMA DA JURISDIÇÃO UNIVERSAL

Caetano F. A. Silveira	113
I Introdução	113
II A pirataria marítima e o direito internacional.....	114
1 Noção de pirataria. Caracterização	114
2 Regime jurídico da pirataria marítima.....	116
2.1 Período do direito internacional clássico	117
2.2 Período do direito internacional contemporâneo	119
2.3 A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 1982.....	120
3 Natureza jurídica da pirataria: crime ou mero delito internacional?	121
III O problema da jurisdição universal.....	125
4 Jurisdição universal dos Estados	125
4.1 Princípio da universalidade	126
4.2 O caso da pirataria marítima	127

5	Dever dos Estados no combate à pirataria marítima.....	129
5.1	O problema das jurisdições internas.....	131
5.2	Breve abordagem ao caso do Quênia.....	133
6	Outras instâncias de jurisdição universal.....	135
IV	Conclusões.....	137
	Referências	138

ENERGIAS AZUIS E A PROTEÇÃO DO ALTO-MAR

Carmen Lucia Sarmiento Pimenta	141	
1	Introdução.....	141
2	Energias fósseis. O problema	142
3	Energias renováveis. A solução.....	146
4	Energias azuis. As renováveis no mar.....	148
4.1	Energia eólica marinha	148
4.2	Energia geotérmica marinha.....	150
4.3	Bioenergia marinha	151
4.4	Energia marítima	152
4.4.1	Energia das ondas	152
4.4.2	Energia das marés.....	153
4.4.2.1	Energia das amplitudes de marés	154
4.4.2.2	Energia das correntes de marés.....	154
4.4.3	Energia das correntes oceânicas	155
4.4.4	Energia térmica marinha	156
4.4.5	Energia da graduação de salinidade	157
5	Águas de ninguém.....	157
6	Considerações finais	161
	Referências	163

A “SEGURANÇA NO MAR” E A CIBERSEGURANÇA MARÍTIMA NO QUADRO JURÍDICO PORTUGUÊS

Duarte Lynce de Faria	165	
I	Introdução	165
II	A influência da segurança nacional e de uma estratégia setorial no conceito de “segurança no mar”	173
III	A perspectiva moderna da defesa contra os ciberataques no setor marítimo.....	182
IV	Conclusões.....	191
	Referências	193

LUZES E SOMBRAS SOBRE AS REGRAS DE ROTTERDAM: A POSIÇÃO DO BRASIL E DA AMÉRICA LATINA

Eliane M. Octaviano Martins	197
1 A regulamentação internacional dos contratos internacionais de transporte marítimo de mercadorias.....	197
2 Das “luzes” sobre as Regras de Rotterdam.....	202
2.1 Das responsabilidades do transportador.....	204
2.2 Da limitação e excludentes de responsabilidade do transportador.....	208
2.3 Contratos de volume.....	209
2.4 A responsabilidade do proprietário do navio.....	210
2.5 Documentação e transferência de direitos.....	211
2.6 Transporte pelo mar e outros modais.....	212
3 Das “sombras” sobre as Regras de Rotterdam.....	213
4 A posição do Brasil e da América Latina.....	215
4.1 A Declaração de Montevideu.....	216
4.2 Os contratos marítimos internacionais de transporte de mercadorias no direito brasileiro.....	218
4.2.1 Foro competente.....	219
4.2.2 Legislação aplicável.....	219
4.2.3 A incidência do CDC nos contratos de transporte marítimo de mercadorias.....	221
4.2.3.1 Teoria finalista.....	221
4.2.3.2 Teoria maximalista.....	223
4.2.3.3 A teoria prevalente.....	224
4.3 O Brasil e as Regras de Rotterdam.....	224
5 Considerações finais.....	226

ASPECTOS AMBIENTAIS DA OPERAÇÃO *SHIP TO SHIP*

Elton M. C. Leme, Luis Felipe Salomão Filho	231
Introdução.....	231
A sustentabilidade ambiental como direito fundamental e princípio condicionante..	237
Riscos da operação STS e o princípio da prevenção.....	240
Regulamentação e licenciamento da operação STS.....	247
Considerações finais.....	252
Referências.....	255

A LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE NO DIREITO MARÍTIMO: A NECESSIDADE DE SUA MODERNIZAÇÃO

Luís Felipe Galante	257
1 Introdução.....	257
2 Fundamento da limitação de valor indenizatório.....	258
3 O direito à limitação de responsabilidade e suas modalidades.....	262
3.1 A limitação individual.....	262

3.2	As cláusulas limitativas de responsabilidade	263
3.3	A limitação geral	264
4	A limitação no direito marítimo brasileiro atual	265
4.1	Direito material.....	265
4.2	Direito processual	270
4.3	Análise crítica	273
5	A proposta de modernização	274
6	Conclusão	277

O PROCESSO DE REMOÇÃO DE DESTROÇOS DE NAVIOS NAUFRAGADOS OU ENCALHADOS, NO QUADRO DA SEGURANÇA MARÍTIMA E DO EXERCÍCIO DA AUTORIDADE MARÍTIMA

Luis Manuel da Costa Diogo	279	
1	Enquadramento. A Autoridade Marítima.....	279
2	A questão da remoção de navios encalhados ou afundados. Breve resenha de antecedentes.....	282
2.1	Características jurídicas do art. 168º do RGC. Particularidades de regime.....	284
2.2	Os casos-tipo que obrigaram à publicação posterior de legislação avulsa	290
2.2.1	<i>Jacob Maersk</i>	290
2.2.2	<i>Tollan</i>	292
2.2.3	<i>Vianna</i>	292
2.2.4	Os decretos-leis que definiram os processos de remoção dos navios	293
3	<i>A Nairobi Wreck Removal Convention</i>	295
4	O Decreto-Lei nº 64/2005, de 15 de março. Enquadramento e justificação do regime ..	301
	Referências	305

O TRANSPORTE MARÍTIMO NUM MUNDO GLOBALIZADO

Manuel Carlos Lopes Porto, Jose Luis Moreira da Silva	307	
1	O contributo de Portugal para o transporte marítimo e a globalização	308
2	O juízo a fazer acerca da globalização	311
2.1	As lições das experiências e da ciência econômica, apontando no sentido do livre-cambismo.....	312
2.1.1	As experiências verificadas	312
2.1.2	O contributo recente da ciência econômica	316
2.2	“Razões”, designadamente políticas, que podem levar ao protecionismo	318
2.3	Uma ingenuidade, ante o novo quadro do mundo?	320
3	Um papel crescente, sem alternativa, para o transporte marítimo, dada a localização das potências emergentes.....	324
4	Grandes exigências, designadamente em algumas áreas do direito	326
4.1	A grande evolução do direito marítimo em Portugal	326
4.2	A metamorfose do direito portuário: as novas concessões de terminais, a criação dos portos secos e os <i>green ports</i>	329
4.3	As novas tecnologias a favor da cadeia logística: a janela única logística	333

4.4	O registro internacional de navios (MAR), o registro convencional e a <i>tonnage tax</i>	335
4.5	A modernização do direito marítimo e os tribunais especializados.....	342
5	Conclusões.....	347
	Referências	349

O TRIBUNAL MARÍTIMO E A EFICÁCIA DOS SEUS ACÓRDÃOS

Marcelo David Gonçalves	353
1 Do Tribunal Marítimo	353
2 Composição do Tribunal Marítimo.....	355
3 Da competência do Tribunal Marítimo	355
4 Eficácia das decisões do Tribunal Marítimo	357
a) Navegação comercial: atividade estratégica do Estado brasileiro.....	358
b) Meio securitário: reflexo de natureza privada dos julgados do Tribunal Marítimo	364
c) Valor dos acórdãos do Tribunal Marítimo perante o Poder Judiciário.....	365
c.1) Deve ou não o Poder Judiciário esperar o julgamento do Tribunal Marítimo?	366
c.2) Decisões do Tribunal Marítimo: competência quase-jurisdicional – Provas de maior valia. Necessidade de fundamentação das decisões judiciais	368

SEGURANÇA JURÍDICA E LIVRE INICIATIVA NO ÂMBITO DO DIREITO MARÍTIMO

Marco Aurélio Mello	377
Introdução	377
Os princípios da livre iniciativa e da segurança jurídica	380
Conclusão	384

LEI NACIONAL DE PRATICAGEM: UMA PROPOSTA DE AJUSTE AOS PARADIGMAS DA ORGANIZAÇÃO MARÍTIMA INTERNACIONAL

Matusalém Gonçalves Pimenta	385
Introdução	385
1 A praticagem no Brasil	387
2 Princípios fundamentais da praticagem	391
2.1 Princípio da sinistralidade mínima	391
2.2 Princípio da independência funcional.....	393
2.3 Princípio da experiência recente.....	394
2.4 Princípio do número limitado	396
2.5 Princípio da divisão equânime	397
3 A praticagem nos países europeus.....	398
3.1 A posição da União Europeia.....	399
3.2 A posição da Associação Europeia de Práticos	400
3.3 O posicionamento dos Estados europeus	401

3.3.1	No Reino Unido.....	402
3.3.2	Na Alemanha.....	403
3.3.3	Na Espanha.....	403
3.3.4	Em Portugal.....	404
3.4	Relatório do Subcomitê de Praticagem do Grupo de Seguradores Marítimos	405
4	Proposta para uma lei nacional de praticagem	407
	ANTEPROJETO DE LEI	408
	Considerações finais.....	415
	Referências	416

A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO ÂMBITO DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DIREITO DO MAR

Miguel Xavier da Cunha O. Júdice Pargana	419	
1	Introdução	419
2	Princípios atinentes à resolução de conflitos	420
3	Mecanismos de resolução de conflitos.....	426
4	Mecanismos compulsórios	430
5	O Tribunal Internacional do Direito do Mar	431
6	O Tribunal Internacional de Justiça	438
7	Tribunais arbitrais.....	440
8	Conclusão	442
	Referências	443

BLUE GROWTH Y ENERGÍA EN LA UE: BALANCE Y PERSPECTIVAS

Montserrat Abad Castelos	445	
I	Introducción: el marco jurídico-político para la búsqueda de crecimiento y energía azul	445
1	Más allá de la UE.....	445
2	En la UE: <i>Blue growth</i> y energía.....	447
II	Tipos de energías renovables marinas, inclusive la energía oceánica.....	448
III	Estado actual y potencial de la energía oceánica en la UE.....	451
IV	Actores implicados y algunos desafíos presentes.....	453
V	Nuevas tendencias, necesidad de partenariados y algunos problemas a tener en cuenta.....	456
VI	Conclusión.....	462

EMBARGO DE EMBARCAÇÃO OU ARRESTO DE NAVIO?

Nelson Cavalcante e Silva Filho	465	
1	Introdução	465
2	O arresto de navios no Brasil.....	467
3	Como liberar um navio arrestado para seguir viagem?	481

4	O arresto impróprio e seus efeitos.....	484
5	A Convenção Internacional sobre Arresto de Navios de 1999.....	484
6	Conclusões	493
	Referências	495

AVARIA GROSSA

Paulo Dias de Moura Ribeiro	497
1 Apresentação.....	497
2 Síntese histórica do direito marítimo.....	498
3 Leis de Rodes	498
4 Liberdade marítima	499
5 Das avarias	501
6 Requisitos para a regulação da avaria grossa.....	503
7 Jurisprudência	504
8 Jurisprudência selecionada do STJ sobre atividade de praticagem.....	509
Referências	518

ARBITRAGEM NO TRANSPORTE MARÍTIMO DE MERCADORIAS: PROSPECTIVAS PARA O BRASIL

Raphael Magno Vianna Gonçalves	519
Introdução.....	519
I Transporte marítimo de mercadorias	521
a) Contratos de afretamento	524
b) Contratos de transporte	528
II Utilização da arbitragem no transporte marítimo.....	533
a) Relação contratual entre fretadores e afretadores	534
b) Relação contratual entre interessados na mercadoria e transportadores	540
Conclusão	543

PRESCRIÇÃO DA COBRANÇA DA SOBRE-ESTADIA DE CONTÊINERES (DEMURRAGE)

Ricardo Villas Bóas Cueva	545
1 Introdução	545
2 Conceito de sobre-estadia	546
3 O Código Comercial como lei de regência	547
4 Aplicação do Código Civil de 2002: dois prazos prescricionais	550
5 Divergência: aplicação analógica das regras de transporte multimodal	553
6 Reunificação da jurisprudência	554
7 Considerações finais	559

A NATUREZA JURÍDICA DA REMUNERAÇÃO DA PRATICAGEM E A POSSIBILIDADE DE ATRIBUIÇÃO DE PREÇO MÁXIMO PELA AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA

Theophilo Antonio Miguel Filho	561
1 Introdução	561
2 Breve histórico sobre a praticagem no Brasil e sua evolução legislativa	562
3 Controvérsia e natureza jurídica: a possibilidade de fixação de preço máximo ao serviço de praticagem pela Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem.....	567
4 Princípios inerentes à controvérsia jurídica de fixação prévia de preço máximo à atividade de praticagem	572
4.1 Princípio da essencialidade da atividade (prestação de serviço)	572
4.2 Princípio da legalidade.....	574
4.3 Princípio da liberdade econômica (livre concorrência e livre iniciativa).....	586
5 A evolução do posicionamento dos órgãos jurisdicionais	592
Referências	596

TRIBUNAL MARÍTIMO: VISITANDO A CORTE DO MAR BRASILEIRA

Wilson Pereira de Lima Filho	599
1 Introdução	599
2 Uma história resumida do Tribunal Marítimo.....	602
3 As atribuições do Tribunal Marítimo	604
4 A composição do Colegiado do Tribunal Marítimo	605
5 O Tribunal Marítimo e os acidentes e fatos da navegação	606
6 O Tribunal Marítimo hoje	610
7 Considerações finais	612
Referências	614

SOBRE OS AUTORES	617
-------------------------------	-----